



DOI: 10.20911/25260782v11n1p70/2026

Sinodalidade e conversão de mentalidade

Jean Richard Lopes

Resumo: Este texto é a transcrição de parte da roda de conversa realizada no terceiro dia do IX Colóquio de Teologia e Pastoral – Comunhão, Participação e Missão: caminhos de recepção do Documento final do Sínodo. Com um linguagem informal, a reflexão busca destacar alguns aspectos do documento de 2024, para propor uma discussão sobre sinodalidade e conversão de mentalidade. Para isso, se parte de constatação da qualidade não elaborada do texto final do documento. Esse fator é entendido como significativo, porque deixa aberta a possibilidade de uma ulterior elaboração na realidade concreta das comunidades. Passa-se para a identificação de alguns elementos definitórios do conceito sinodalidade e da sua aplicabilidade. Para então elencar algumas resistências à proposta sinodal e concluir com a necessária retomada da conversão de mentalidade, condição fundamental para se prosseguir na sinodalidade.

Palavras-chave: Sinodalidade, Conversão de Mentalidade, Processo

Abstract: This text is a transcript of part of the roundtable discussion held on the third day of the IX Colloquium on Theology and Pastoral Care – Communion, Participation, and Mission: paths for receiving the Final Document of the Synod. Using informal language, the reflection seeks to highlight some aspects of the 2024 document in order to propose a discussion on synodality and conversion of mentality. To this end, it starts from the observation that the final text of the document is not fully developed. This factor is understood as significant because it leaves open the possibility of further elaboration in the concrete reality of communities. It then moves on to identify some defining elements of the concept of synodality and its applicability. It then lists some resistances to the synodal proposal and concludes with the necessary resumption of the conversion of mentality, a fundamental condition for continuing synodality.

Keywords: Synodality, Conversion of Mentality, Process

INTRODUÇÃO

Esta reflexão fez parte de uma roda de conversa que ocorreu no terceiro dia do IX Colóquio de Teologia e Pastoral – Comunhão, Participação e Missão: caminhos de recepção do Documento final do Sínodo. Os três membros da roda optaram por uma estrutura complementar, ou seja, cada um falou de um aspecto que pudesse contribuir com a formação de

um tríptico reflexivo¹. Em meio a outras falas mais sistematizadas do colóquio, optou-se por uma linguagem mais informal, coloquial – postura que se reflete no texto a seguir –.

Com a proposição de alguns pontos de vista que integrassem academia e, sobretudo, experiência pastoral, objetivava-se provocar o diálogo com o público presente, o qual reagiu de forma muito participativa, com perguntas e proposições pertinentes. A primeira parte do tríptico – transcrita neste texto – almejava retomar a questão da ideia e da realidade sinodal na perspectiva da conversão de mentalidade.

1 PRIMEIRO ASPECTO: EMARANHADO DE IDEIAS E PROPÓSITOS

Apesar de não pretender definir o conceito de sinodalidade, uma aproximação conceitual é importante, para saber do que se está falando e sobretudo a partir de qual compreensão do conceito se fala. O Documento final do Sínodo tem uma estrutura e uma redação bastante intrincada. Há um emaranhado de ideias que não ajudam a leitura e nem a compreensão do conteúdo. É um documento que parece inacabado, porque não passou por uma processamento formal.

Habituaados com documentos pontifícios mais elaborados, esse emaranhado, num primeiro momento, é incômodo. De qualquer modo, mesmo que não intencionalmente, essa condição inacabada acaba adquirindo uma certo sentido. Pode indicar propositalmente um caminho aberto, que deve ser prosseguido, burilado na realidade, ou melhor dizendo, nas realidades nas quais a Igreja se faz presente, nas relações concretas entre ministros ordenados e não ordenados, religiosos e laicato, espaços certos de vida eclesial e os desafios do mundo para além das paredes das estruturas eclesiais (físicas e pessoais). De qualquer modo, na leitura do documento, o conceito ou a proposta de sinodalidade vai se definindo, adquirindo um pouco mais de clareza.

2 SEGUNDO ASPECTO: TUDO É PROCESSO

Por mais que já se tenha uma certa clareza sobre o conceito e a realidade que ele quer propor, ainda não é suficiente. Essa insuficiência não é uma questão simplesmente intelectual, porque intelectualmente há material satisfatório para se compreender a proposta sinodal do Papa argentino. Por sinal, pensando a partir da Igreja da América Latina, de tempos atrás (não muito atrás), do ponto de vista prático, o conceito não traz novidades. A prática de decidir juntos – ministros ordenados, religiosos(as) e leigos(as), era presente em muitas comunidades e realidades eclesiais latino-americanas.

Mas, como sempre acontece na história da igreja, sobretudo nos eventos e situações importantes, como o sínodo, é necessário ir além do fundamento intelectual. Faz-se importante

¹ Os três membros da roda de conversa eram: Lucimara Trevisan, do Centro Loyola; Denilson Mariano, da FAJE, e Jean Richard Lopes, da PUC Minas.

a identificação com a proposta, entendida como uma vivência eclesial, para além de simpatias e gostos pessoais ou de grupo.

Nessa perspectiva, ressoa forte uma termo colocado em evidência por Francisco na sua reflexão e modo de conduzir a Igreja: processo. Coerente, o Papa argentino se colocou no movimento que decorre do Concílio Vaticano II. Ciente das dificuldades dessa linha, mas, ao mesmo tempo, confiante no sopro do Espírito, se esforçou para evitar que se levantassem mais muros de obstrução desse movimento. Procurou mostrar com palavras e gestos concretos que é possível abrir novos caminhos.

Pois bem, a identificação – intelectual e afetiva – se dá no processo. Um movimento feito também de resistências que a realidade pode superar ou reforçar. De qualquer modo, a história vai para frente. O documento é parte do processo e não consegue sozinho aplinar a estrada.

De fato, é possível dizer que Francisco não pensava num documento final – como ponto final –, mas no processo. Esse deve ser um dos motivos pelo qual renunciou à sua prerrogativa de sistematizar o texto e decidiu assiná-lo como lhe foi entregue. Evitou que alguns redatores trabalhassem demais o texto, com risco de perder o espírito sinodal. Deixou o texto inacabado para que a Igreja continuasse redigindo-o.

3 TERCEIRO ASPECTO: UMA COMPREENSÃO POLIVALENTE

Sempre sobre a questão da definição, entre os parágrafos 28 e 33, o documento final apresenta o significado e as dimensões da sinodalidade. São 6 parágrafos que buscam dar uma orientação conceitual. Isso confirma que não é fácil, pois se trata de algo polivalente na ideia e na prática. Por isso, desafiador.

No parágrafo 30, explica-se a sinodalidade a partir de 3 aspectos. Nota-se que se diz “aspectos distintos”. O adjetivo distinto tenta afastar a tentação da uniformidade vertical que reduz tudo a um fator institucional hierárquico. Citando o texto da Comissão Teológica Internacional, propõe-se a distinção que se parte praticamente da etimologia do termo sínodo: caminhar juntos.

Em seguida, passa-se à questão estrutural, imediatamente associada a processos. Essa associação junta de modo paradoxal dois conceitos que poderiam ser antagônicos, pois estrutura pode indicar algo rígido, concluído, enquanto, processo aponta para a algo em movimento, em desenvolvimento. Ao qualificar ambos os termos com adjetivos eclesiais, o documento mostra que a Igreja não é uma comunidade cuja forma histórica (estrutura) deve conservar a sua dinamicidade, para não ser tornar obsoleta. Ainda mais, porque ela deve continuar na escuta do Espírito Santo, aquele que fomenta a dinamicidade da Igreja com dons e ministérios variados (1Cor 12,4-11.27-31).

Por fim, fala-se de acontecer pontual de eventos sinodais. O verbo acontecer e o adjetivo pontual indicam momentos capazes de expressar uma catolicidade viva, dinâmica e em busca. Eventos que promovem a interação institucional – convocação das autoridades competentes – com as bases, chamadas a contribuir com a reflexão e discernimento da inteira comunidade eclesial. Em termos sociológicos, topo e base se unem num processo colaborativo sobre questões pertinentes à evangelização.

4 QUARTO ASPECTO: PARA ALÉM DO SLOGAN

Os fatores que constituem a ideia e a proposta de sinodalidade, no conjunto, são caracterizados pela comunhão e participação. Essas duas características são desafiadoras, porque exigem despojamento e generosidade, senão corre-se o risco de tornar a sinodalidade um mero *slogan*. Em alguns lugares isso já aconteceu. Aliás, na Igreja isso não é nada raro. Pelo contrário. Muitas vezes, para expressar sintonia, comunhão, introduzem-se os termos chaves em qualquer situação. No caso, toda festa de padroeiro ou atividade tem que ter a palavra sinodal, mas além de não se falar do sínodo, a atividade não fomenta em nada um estilo sinodal de ser Igreja.

Bom, *slogan* pode funcionar como marketing, mas não gera comunhão eclesial consistente. A palavra-chave do momento pode cair num vazio de significado e com isso ser banalizada. Para gerar adesão intelectual e afetiva, é necessário viver o desafio de estar junto, como indica o documento no parágrafo 28, para “dialogar, discernir e decidir”.

O primeiro verbo, dialogar, fala da qualidade da interlocução entre os sujeitos envolvidos no processo sinodal. A interlocução não é simples, porque dialogar não significa somente dizer alguma coisa um para o outro, como se fosse um monólogo a dois. O diálogo implica uma escuta. O diálogo pode gerar um incômodo, desconforto. O diálogo pode provocar esperança, despertar expectativas. O diálogo pode despertar antipatia, a depender de como é dita determinada informação. Mas, de modo especial, o diálogo é sempre o ponto de partida para que uma comunidade chegue a alguma decisão que seja realmente comunitária.

O segundo verbo é discernir. Ele tem a ver com observar, avaliar a realidade e as possibilidades, sejam essas positivas ou negativas. Discernir em comunidade não é simples, porque são muitas percepções da realidade ou compreensões da fé que se chocam. Sem falar dos motivos inconscientes ou emocionais não refletidos que também participam dessa avaliação. Quando o sujeito eclesial – a Igreja nos seus vários níveis e formas de participação e atenta à sua missão evangelizadora – pensa, os gostos pessoais dos sujeitos individuais são relativizados, superando individualismos absolutizados. É no diálogo não vazio e generoso que se começa o discernimento.

Há dois fatores que precisam ser considerados na dinâmica do discernimento. Um problema muito grande para a teologia e para a pastoral. De um lado, alguns têm uma tendência a olhar para a realidade com um dogmatismo excessivo. Só querem saber de falar de Deus ou daquilo que acreditam ter entendido do projeto de Deus – como se esse projeto fosse destino,

algo pré-fixado –, desconsiderando outros aspectos da realidade para a qual se fala ou na qual se está inserido. Questões sociológicas, econômicas, culturais, políticas e até mesmo meteorológicas também precisam ser consideradas. A Igreja real é sujeita ao seu ambiente.

Do outro lado, há muitas linhas pastorais que tendem a deixar de fora a teologia. Se perdem excessivamente na sociologia, na antropologia e em outras áreas. O discernimento não é um processo isolado do mundo, mas algo vivido num diálogo entre os membros da comunidade com a realidade, com as ciências e saberes para além da teologia. Todavia, deixando de lado arbitrariedades e autossuficiência, a teologia precisa ter voz nesse discernimento. Ela coloca o imperativo próprio da fé, seja para elaborar uma proposta, seja para identificar o que há de teológico nas situações e realidades refletidas.

O terceiro verbo, decidir, diz respeito ao compromisso, mas não um compromisso qualquer. A decisão deve ser fruto de um diálogo não vazio já no início, ao promover um discernimento inteligente, sob o Espírito, que conduz a uma tomada de posição. Se a decisão for realmente dialógica, então ela é um compromisso comunitário, em outras palavras, eclesial.

5 QUINTO ASPECTO: OS NÓS DA HISTÓRIA

Entre a morte do Papa Francisco – o principal patrocinador da sinodalidade – e a escolha de Leão XIV, muito se falou sobre a igreja, na mídia. As perguntas principais giravam em torno ao legado de Francisco. Obviamente a imprensa em geral, inclusive aquela oficial dos canais tradicionais, não tem uma compreensão mais ampla da Igreja, na sua complexidade. Pouco ou quase nada sabem de teologia e tendem a ver a Igreja somente como uma instituição histórico-política. De fato, negar isso, significa fugir da realidade histórica e falar para anjos. Todavia, a Igreja é também uma realidade teológica, uma comunidade de fé.

Bom, o ponto é que o novo Papa pode sim mudar os rumos da Igreja. Mas há certas conquistas que, por mais que sejam combatidas, se afirmam na história. Podem demorar mais tempo para envolver intelectualmente e afetivamente todo o corpo eclesial, mas não são simplesmente apagadas. Nesse sentido, mais importante que o legado de Francisco, é a identificação de qual propósito, decisão a Igreja quer levar para a frente. Isso pode até ser ingênuo, mas o que mostra a profundidade do diálogo e do discernimento feitos, como uma experiência eclesial intensa ou ainda por amadurecer.

Sempre naquele período da troca de papa, muito se discutiu sobre a linha que a Igreja levaria para frente. Toda questão parecia ser reduzida a uma escolha política. Isso acabou dando voz excessiva a um determinado grupinho que gritava muito e queria fazer acreditar que tudo estava rachado ou por rachar, caso não se fizesse uma manobra de impositação retrógrada. Parecia que a Igreja estava num impasse gigantesco. Isso corresponde à velha técnica de manipulação de massa. De fato, problemas não faltavam não faltam. Politicagem também não – dentro e fora do conclave –. Mas prevaleceu a política – toda decisão em conjunto, todo acordo é política, inclusive a escolha do papa – e não a politicagem.

A escolha rápida dos cardeais indicou que o diálogo é possível, mesmo que não seja fácil. Os cardeais que votaram em Leão não pensam exatamente igual a Francisco – aqui se trata de elocubração deste autor –, mas com a escolha do novo Papa mostraram ter uma grande sensibilidade a temáticas que Francisco tanto prezava: questões sociais e de organização da Igreja, de evangelização e de geopolítica. Isso quer dizer que independente do Papa morto, a Igreja já tinha elaborado uma agenda a qual os cardeais acreditaram não ser possível renunciar, porque pertinentes para o mundo contemporâneo, lugar de missão. Não por acaso, o próprio Leão XIV – que não é clone de Francisco – nos seus primeiros pronunciamentos referiu-se com firmeza sobre a continuidade do caminho sinodal.

A questão da razoabilidade é fundamental. Mas o que é o razoável? O razoável é uma questão complexa que não impede o diálogo e que, na variedade de ideias e de linhas de pensamento, nunca perde de vista o valor da unidade que se deve criar e conservar em torno a Cristo, evitando rachaduras partidárias, como ensina o Apóstolo Paulo em 1Cor 1,1-13. A razoabilidade se constrói sempre em correspondência com o Evangelho, a partir do qual Igreja renova sua caminhada, ou seja, do seguimento de Cristo.

6 SEXTO ASPECTO: A CONVERSÃO DE MENTALIDADE

Dialogar é importante, discernir também, mas é fundamental chegar a uma decisão que, de fato, comprometa. De novo, o envolvimento não pode ser somente intelectual. Tem que ser afetivo também, como o de Jesus que via as multidões, sentia compaixão e então fazia algo (Mc 6,14).

A razoabilidade – pode parecer contraditório, mas não é – exige também o envolvimento da dimensão afetiva. Muitas vezes, as pastorais discutem, discutem, discutem e continuam discutindo sem propor ou mudar alguma coisa. Como dito antes, não se pode esquecer que tudo é processo. O fato de que alguns documentos ou as discussões teológicas tenham orientações pertinentes não basta para mudar a realidade; ao menos não de forma imediata.

Isso significa que o caminho sinodal implica na necessária conversão pastoral. Mas como viver uma conversão pastoral sem uma mudança de mentalidade? Essa mudança não é equiparável a uma troca de roupa, sem grandes impactos, mas passa por dois fatores muito importantes e intrinsecamente relacionados:

1. Se se deve mudar de mentalidade, qual seria a nova ou outra mentalidade? Para homens e mulheres de fé cristã, a mentalidade nova que deve ser assimilada é a do Reino de Deus, como os evangelhos apresentam, ou seja, relacionado com a pessoa de Jesus Cristo.

Quando se lê o Evangelho segundo Marcos, nota-se que o ministério de Jesus começa com um discurso imperativo sintético: “Cumpriu-se o tempo e está próximo o Reino de Deus. Mudai de mentalidade e crede do Evangelho.” (Mc 1,14). As traduções converter-se ou arrepender-se são as mais comuns e refletem elementos da intencionalidade do texto bíblico.

Aqui, preferiu-se traduzir por mudança de mentalidade, porque este é o sentido básico do verbo grego.

Em Mc 1,14, encontram-se dois imperativos: mudar de mentalidade e crer. Logo em seguida, em Mc 1,17, surge uma nova expressão imperativa. Dessa vez, trata-se do chamado que Jesus dirigiu a Simão e André: “Vinde após mim”. Nessa sequência narrativa, há alguns aspectos nem sempre considerados que colocam os imperativos em relação de significado, apesar de serem duas cenas separadas. Crer no evangelho implica numa mudança de mentalidade. E a nova mentalidade é aquela formada a partir da proposta do Reino de Deus. O crer e o mudar de mentalidade acontecem no seguimento de Jesus.

Certamente, os autores do texto final do sínodo não pensavam em Marcos, mas é significativo que a conversão seja um dos fatores estruturantes do documento. Isso demonstra a consciência da dificuldade para que a sinodalidade seja assumida definitivamente como constitutiva do modo católico de ser Igreja, mas, ao mesmo tempo, aponta para um processo possível.

Quando se deixa de reduzir conversão a arrependimento – um dos seus sentidos, sem dúvida –, mas se entende na lógica do seguimento, então a conversão se torna um processo contínuo de vida, no qual há sempre algo a aprender, a melhorar e a amadurecer. E isso se dá na intimidade com o Mestre que forma uma comunidade de discípulos e dá a ordem missionária (Mt 28,19-20).

2. A Igreja que caminha em comunhão peregrina no mundo. Uma realidade dinâmica e que, nos últimos tempos, passa por transformações muito rápidas. A comunidade de fé não pode ignorar o mundo real. Paulo IV afirmou na *Populorum Progressio* (n.13), que a Igreja é conhecedora da humanidade. Ser conhecedora não pode se reduzir a saber coisas sobre a humanidade e nem a ser arquivo de experiências documentadas ao longo da história. Ser conhecedora deveria significar ser capaz de sintonizar-se com a humanidade, compreender o seu momento, cultura etc. para, então, ser “luz do mundo e sal da terra” (Mt 5,13-14).

Uma pastoral que olha de cima, do lugar de quem tem respostas prontas, não tem efeito duradouro, mesmo que possa criar essa ilusão. Conversão pastoral deveria ser a capacidade de sintonizar-se com o mundo real, para nele testemunhar o Reino de forma compreensível.

Todavia, assim como o fechar-se na sacristia – para usar uma expressão já clássica – o deixar-se assimilar sem discernimento constituem as duas faces da mesma moeda. Nesse sentido, a Igreja precisa conseguir viver continuamente o seguimento de Jesus para efetivamente crer no Evangelho que é capaz de mudar a mentalidade, sintonizando o(a) discípulo(a) com o Reino de Deus. Mas de outro lado, não pode tirar os pés do caminho que, como comunidade, percorre, ou seja, do mundo real.

Convém ainda recuperar o texto de At 15, da assembleia de Jerusalém, na qual discutiram sobre como receber os gentios na comunidade. Observe-se que o problema não era se os gentios poderiam se tornar membros da comunidade, mas sim como? Quais exigências

impor? Alguns preferiam velhas práticas. Outros, como Paulo, queriam ir além dessas práticas, deixando-as no passado, para seguir em frente na história da salvação, no encontro com Cristo.

A solução do problema foi alcançada naquela que foi uma das primeiras grandes experiências de sinodalidade da história da Igreja. Diante dos questionamentos que foram postos, partiu-se, antes de tudo, da escuta. Condição dialógica que permitiu chegar a uma decisão fundamental e determinante para a expansão do cristianismo.

Nota-se que a formulação jurídica, que formalizou a decisão, é a última coisa a ter sido feita. Primeiro, escutaram, depois Pedro ponderou teologicamente a partir da visão que teve em Jope e da experiência vivida na casa de Cornélio (At 10). Só então, Tiago determinou o que se deveria fazer. Diálogo, discernimento e decisão comunitários.

Um exemplo anterior de sinodalidade que não se pode esquecer também se encontra em At 6, capítulo no qual se discute a questão das viúvas gregas que estavam numa situação material precária, de fome. Os apóstolos reuniram a comunidade, escutaram o problema, discerniram e chegaram a uma decisão. Surgiu o diaconato, que não é exatamente como se entende hoje, na estrutura hierárquica do clero.

Um aprendizado importante de At 6 está no fato de que diante de uma demanda real e nova, sempre sob a luz do Espírito Santo – o critério por excelência do discernimento – a Igreja pode criar novos ministérios. No parágrafo 77, o Documento Final incentiva que sejam oferecidas mais oportunidades de participação aos leigos nas decisões e na formas de ministério eclesiais. Esse ponto será tratado mais aprofundadamente por Lucimara e Denilson, nas suas partes do tríptico, mas é importante lembrar que sinodalidade não é uma implosão da Igreja, mas sim um movimento dinâmico que pode promover novidades estruturais e ministeriais. Para isso, é fundamental a conversão de mentalidade que leve a uma ressintonização com o estilo do Reino de Deus, que se aprende no seguimento de Jesus.

REFERÊNCIA

PAPA FRANCISCO, XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão*. Documento Final. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2024.

PAULO VI, Papa. *Populorum Progressio*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 10 maio 2025.

Submissão: 31/10/2025 e aprovação: 10/12/2025.

Jean Richard Lopes é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico, Roma – IT; Mestre em Teologia Fundamental e Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma – IT;

Pós-doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP. Professor de Teologia Bíblica e Coordenador do Mestrado Profissional em Teologia Prática da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Coordenador do canal Youtube Grupo de Reflexão Bíblica São Jerônimo (www.youtube.com/@grbsaojeronimo). E-mail: jeanlopes@pucminas.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5441-9884>

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 204 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte / MG – 30.535-901

Texto avaliado por Matheus da Silva Bernardes

Editor: Geraldo Luiz De Mori